

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano X • Novembro/Dezembro 2008 • Nº 70

31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento

MOBILIZAR PARTICIPAR DEFENDER OS DIREITOS



O grandioso "Encontro Nacional pela Dignificação da Família Militar", de 18 de Outubro, evidenciou de forma inequívoca a insatisfação e o mal-estar que grassam nos militares e seus familiares.

EDITORIAL

Afinal conheciam!

O grandioso "Encontro Nacional pela Dignificação da Família Militar", de 18OUT08, evidenciou de forma inequívoca a insatisfação e o mal-estar que grassam nos militares e seus familiares. Foram inúmeras as figuras prestigiadas na sociedade que, durante o corrente ano, tomaram posição pública denunciando a forma desrespeitosa como o Governo tem vindo a tratar os militares e as Forças Armadas, exigindo outro tratamento e fazendo eco da insatisfação reinante.

Por sua vez, o Governo tudo tentou para desvalorizar o protesto, confundir a opinião pública, descentrar os problemas, lançando mão não só de alguns "fazedores de opinião", como do próprio Ministro da Defesa Nacional e do seu Secretário de Estado, que se desdobraram em declarações públicas, afirmando não ter conhecimento da insatisfação dos militares nos quartéis, e que o Governo estaria a resolver os problemas entretanto denunciados, deixando subjacente - para credibilizar as suas afirmações - que os militares eram representados pelas chefias, e que estes não lhes tinham feito chegar qualquer tipo de insatisfação, que tudo não passaria de especulações por parte das Associações Militares e de alguns militares na reserva e na reforma.

Estas afirmações, por faltarem à verdade, espicaçaram a honra e a dignidade dos militares no activo, e fê-los responder - mais de dez mil militares, oficiais, sargentos e praças - à "Jornada de Insatisfação e Reflexão" do passado dia 6 de Novembro.

Nesse mesmo dia, o Ministro da Defesa, num canal de televisão, viu-se forçado a desmentir-se e a declarar que conhecia o descontentamento, e que as Chefias militares o vinham informando do clima que se vivia nos quartéis.

Afinal o Ministro, e o seu Secretário de Estado, conheciam o descontentamento e a insatisfação, e como tal **mentiram aos Portugueses**, mesmo sabendo que com tal prática fragilizavam as Chefias militares, a cadeia de comando e a coesão das Forças Armadas.

A luta dos militares obrigou-o a, neste aspecto importante, ter de repor a verdade, mas continuando a iludi-la quanto à resolução dos problemas em concreto, afirmando estar resolvido o que não está (pagamentos das participações dos actos médicos), lançando hipotéticos anteprojectos, que mais não são que perigosas, perniciosas e pouco dignas intenções que, a serem aplicadas, afectariam a moral e a coesão das Forças Armadas.

Também nestes aspectos será a nossa luta que fará o MDN repor a verdade dos factos e impor a necessidade da dignificação das Forças Armadas. ▲

18 de Outubro

Conclusões a tirar

Também os deuses pareciam estar contra os militares portugueses no dia 18 de Outubro passado! A chuva começou a cair pouco antes das 15 horas!... Contudo, para além de ser civil — e, por isso não molhar militares —, era socrática com uns vagos laivos de socialista facto que para nós lhe retirou qualquer tipo de importância.

Os deuses foram benévolos e passava pouco das 15 horas a impertinente chuva cessou, permitindo que se formasse em boa ordem a concentração dos manifestantes.

Pessoalmente distribuí uns grandes abraços a camaradas que é sempre bom rever, vi outros que há várias dezenas de anos não encontrava e conheci alguns que fizeram questão de me cumprimentar por causa do «Fio de Prumo».

Éramos muitos! Afirma-se que estaríamos cerca de 4 000 manifestantes. Eu não sei fazer esses cálculos, mas acredito que fossemos uns milhares, porque a enorme Praça do Comércio apresentava uma mancha bem significativa de gente, quando ali chegámos.

Talvez pudéssemos ser muitos mais, se acaso os jovens militares acreditassem que o seu futuro não vai ser brilhante; se acreditassem que as suas pensões de reforma vão ser fortemente penalizadas; que a assistência militar que têm, por estar no activo, vai piorar e pior ficará quando passarem à reserva e à reforma; que a progressão nas carreiras não vai ser brilhante; que a dignificação — pouca — que ainda tem a profissão castrense se degradará para níveis nunca vistos, pelo menos nos tempos modernos! Se acreditassem nestes vaticínios, muitos dos jovens militares teriam abdicado da tarde de sábado para se terem juntado aos velhos soldados e com eles mostrar o cartão vermelho ao Governo e, nessas circunstâncias, não teríamos sido 4 000, mas 8 000 ou mais.

Os que estiveram presentes fizeram sentir ao Governo a sua repulsa por uma política de falsidade, ignominiosa e indigna para quem a pratica. Mostraram à Nação que o Governo não sabe e não quer dignificar as Forças Armadas que servem Portugal; que o Governo



pensa como o mais bronco dos ignorantes que acha inúteis os euros gastos com a defesa nacional e com os homens e mulheres que estão prontos a tudo sacrificarem em nome de valores egrégios, permanentes e intemporais; que o Governo não soube arcar com a herança não descartável de se terem dimensionado umas Forças Armadas para sustentar uma guerra de treze anos — ao menos nisso o Governo fascista do Estado Novo foi coerente, porque soube distinguir e dignificar, de várias maneiras, os militares que serviam uma certa concepção política nacionalista e colo-

nialista!

Foi necessária a passagem de mais de 30 anos sobre a data gloriosa em que nós, os militares, demos a Portugal uma Democracia para nos vermos enxovalhados e tratados como cidadãos sobranes, incómodos e descartáveis.

O Governo vai fazer de conta que não deu pela nossa manifestação tal como o fez com a dos professores, mas será bom que os Chefes dos Estados-Maiores olhem para a manifestação de sábado com a consciência de que os estávamos a ajudar na reivindicação que eles — porque não querem ou não podem — deviam conduzir junto do ministro da Defesa Nacional e, se necessário, junto do Presidente da República que, afinal, para todos os efeitos, ainda continua a ser o comandante supremo das Forças Armadas.

A tarde de 18 de Outubro de 2008 foi um momento de grande prova de unidade entre todos os militares que pugnam pela defesa dos valores que dignificam de maneira ímpar a nossa vida, mas foi, também, uma mancha negra na actividade do Governo, marcando perante os Portugueses, a Europa e o Mundo que os nossos políticos são indignos de todos os sacrifícios que nos possam vir a exigir. Só continuaremos a verter o nosso suor e sangue em nome de um bem que honramos e glorificamos: a Pátria.

Luís Alves de Fraga ▲

BOAS FESTAS

A Direcção da ANS e do jornal O SARGENTO desejam a todos os associados e amigos, um Feliz Natal e um Bom Ano Novo!

Tribuna Pública

"Sub-orçamentação das verbas para as Forças Armadas"

Com o propósito de promover a sensibilização da Opinião Pública para a temática da **Sub-orçamentação das verbas para a Defesa Nacional e suas consequências para as Forças Armadas, a Instituição Militar e a Família Militar**, levou a Associação Nacional de Sargentos a realizar, no dia 25 de Novembro, a partir das 18h30, no Jardim de São Bento, uma Tribuna Pública dedicada ao tema "Sub-orçamentação das Verbas para as Forças Armadas".

Num fim de tarde frio e chuvoso, realizou-se a iniciativa que contou com algumas dezenas de oficiais, sargentos e praças, do activo da reserva e da reforma, dos três ramos das FA, e, onde por confusão entre a praça de São Bento e o Jardim de São Bento, que se encontram em lados opostos do Parlamento, alguns camaradas, aos quais pedimos as nossas desculpas por não termos previsto e acautelado o engano, acabaram por não participar na iniciativa.

Como de forma clara e elucidativa esclarece o comunicado da Comissão Permanente de Ramo (CPR) – Exército, o OE para 2009, entretanto aprovado pelo Grupo Parlamentar do PS que votou isolado, e ao contrário do que propagandeou o respectivo MDN, não contempla qualquer aumento de verbas, antes pelo contrário, traduz-se numa real diminuição de verbas.

Lê-se naquele comunicado: "De acor-



do com as palavras do Ministro da Defesa Nacional, a proposta de OE de 2009 para as Forças Armadas, contempla um aumento médio de 5,6% comparativamente ao orçamento de 2008".

No entanto, "uma leitura atenta dos mapas do orçamento de 2009 e a sua comparação com os de 2008 revela uma situação oposta àquela em que o Sr. Ministro nos quer fazer acreditar. Não consideran-

do os valores da Lei de Programação Militar e do PIDDAC, por se destinarem a investimentos e reequipamento, o OE 2008 dos três ramos [foi alvo de] uma sub-orçamentação aproximada de 100 milhões de Euros (ME), maioritariamente respeitante a despesas com pessoal, em remunerações certas e permanentes e em abonos variáveis e eventuais".

Agora o "OE 2009 dos três ramos apre-

sentado, comparativamente ao OE 2008 um acréscimo aparente de 61,1 ME [não supre o défice de 100ME de 2008]. Acontece porém que deste acréscimo, e de acordo com as instruções de preparação do orçamento, veiculadas pela Circular série A n.º 1343 da Direcção Geral do Orçamento, os ramos terão que suportar em 2009 um total de 50 ME com as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações. Deduzindo este montante o aumento anunciado de 5,6% cai para 0,97%".

Portanto, e como a "proposta de aumento dos vencimentos proposto pelo Governo para o ano de 2009 é de 2,9%. Este aumento importa em mais 20 ME para pagar os vencimentos dos três ramos".

Assim, se "pensarmos que o aumento real de 0,97% se refere a um orçamento (2008) suborçamentado em 100 ME, a que acresce uma necessidade de mais 20 ME para os vencimentos de 2009, rapidamente se conclui que além de não haver crescimento real do orçamento, existe uma diminuição do seu valor".

A Tribuna Pública, apesar de prejudicada pelas más condições atmosféricas, realizou-se e cumpriu os seus objectivos dado que os OCS também compareceram e noticiaram os motivos do evento.

Contudo, agora que está aprovado o OE para 2009, já está no ar a proposta para se realizar um novo debate sobre o tema, já não como hipótese, mas como uma má realidade com que as FA e a Família Militar se debaterá em 2009, agravado pelo facto de nem um centímo ter sido dedicado à liquidação da vergonhosa Dívida superior a MIL MILHÕES de EUROS, já constituída. ▲



Operação Marcar Passo no Posto

NÃO!



Esta iniciativa, tomada pela Direcção da ANS, destina-se a dar visibilidade ao grave problema do congestionamento das carreiras na categoria militar de sargento, onde, nos três ramos, há centenas de camaradas com tempos de permanência nos postos superior a 13 anos, muitos deles, embora ainda a meio da sua carreira militar, já sem qualquer perspectiva de promoção vertical nem horizontal.

No passado dia 19 de Novembro, a partir das 18h30m, em frente ao MDN em frente ao ministério da Defesa Nacional, concentraram-se centenas de camaradas de várias unidades de Lisboa vincando o seu protesto. Perante os OCS e os presentes foi apresentado o símbolo distintivo de mais de 100.000 horas de permanência no posto nas versões de autocolante e em pano para apor nas fardas de trabalho que rapidamente se esgotaram.

Merecem particular destaque o facto de haver duas unidades do Exército onde a sua numerosa delegação foi encabeçada pelos respectivos SMOR, e compostas por Sargentos de todos os postos; bem como a recepção, com fortes aplausos, à camioneta de excursão que permitiu a dezenas de camaradas da BA5, de Monte Real, participarem nesta iniciativa de protesto.

Levámos à porta do Sr. Ministro da Defesa, para que mais tarde não possa dizer que não sabe, a insatisfação pela forma ultrajante com que o Governo continua a querer tratar a Carreira dos sargentos, e a Condição Militar em geral. Situação ainda mais preocupante, quando após três "Grupos de Trabalho" com relatórios confidenciais, começa a surgir a ponta do véu. Para resolver os problemas das Carreiras dos Sargentos, o Governo propõe-se a acabar com um escalão no posto de 1SAR e outro no posto de SAJ. Precisamente os postos onde se chega a passar 90% da carreira militar.

A ausência de diálogo e de medidas justas e correctas tem obrigado a reeditar a famosa "Saga do Primeiro-sargento" em que os seus filhos nascem, frequentam todos os graus do ensino do pré-primário até ao universitário com o pai (ou mãe) no mesmo posto. Desta feita extensível aos Sargentos-ajudantes do exército, que, por via

desta situação frustrante e injusta os conduz à situação de reserva compulsiva.

A situação de bloqueamento das carreiras é, porventura, uma das situações mais sentidas pelos Sargentos, e está bem expressa no quadro que se apresenta, produzido pelos camaradas da CPR- Exército, quando no mesmo período, de CAP/MAJ, MAJ/TCOR e TCOR/COR, se efectuaram 438 promoções.

Devido a esta situação ser recorrente, de forma enviesada e avulsa, por proposta dos últimos CEMFA, foi implementada uma medida de promoção

conjugamos com as medidas do PRACE e as declarações últimas dos senhores Primeiro-ministro e Ministro da Defesa Nacional, ameaçando com reduções de pessoal.

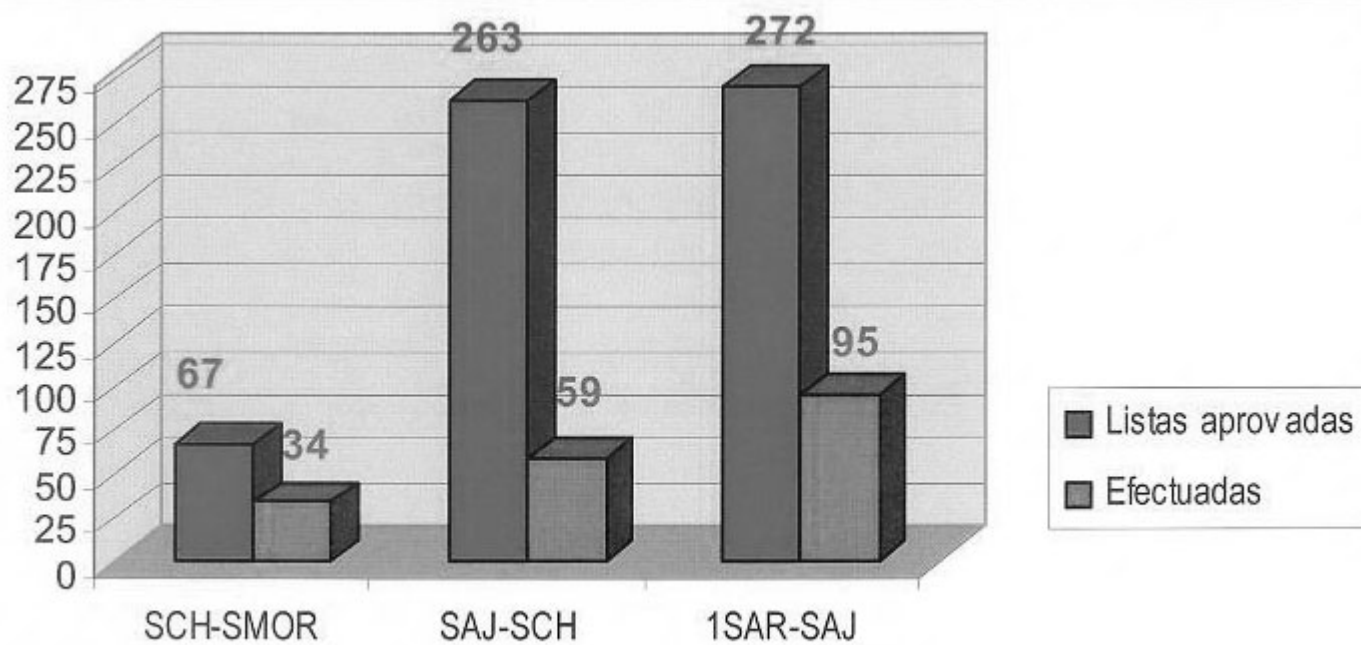
Recordem-se as palavras da ex-ministra da Cultura, no ano passado, em que declarava ir resolver o problema da falta de pessoal nos museus recorrendo a pessoal excedentário da Defesa Nacional – para bom entendedor... (conjugando todas as declarações dos vários responsáveis governativos com as suas resoluções em Conselho de Ministros com a má vontade para com os militares que lhes é reconhecida),

2SAR e 1SAR, TEN e CAP, e 1TEN/CAP e CTEN/MAJ, foram promovidos ao posto imediato, ficando na situação de supranumerário sem ocupar vaga no quadro.

Se, como a ANS propôs, aquela medida fosse aplicada genericamente a todos os quadros, ter-se-iam evitado as situações negativas atrás referidas, os quadros ter-se-iam desenvolvido, os militares veriam a sua dedicação profissional reconhecida, as missões teriam sido valorizadas com pessoal mais moralizado.

Marcar Passo no Posto, NÃO!, foi e é uma operação em curso, que já teve

Promoções de Sargentos do Exército - Ano de 2007



■ Listas aprovadas - coluna da esquerda ■ Efectuadas - coluna da direita

por tempo superior a 15 anos de permanência no posto de 1SAR, provocando duas situações de prejuízo para centenas de camaradas da Força Aérea Portuguesa (FAP) e da Marinha. Por um lado:

- implicou desnecessariamente uma desvalorização funcional das funções estatutárias dos sargentos da FAP;
- criou uma bolsa de centenas de camaradas na situação de supranumerário especial, sendo esta última de perigo acrescido quando a

entende-se muito bem os prejuízos dos congestionamentos das carreiras.

A ANS desde de há muito propõe para resolver esta situação, a aplicação de forma generalizada da medida extraordinária que foi contemplado nos artigos 10, 19 e 25, da Lei 25/2000, de 23 de Agosto, que publicou o EMFAR, abrangendo só alguns quadros congestionados com 18 ou mais anos de permanência nos postos actual e anterior, naqueles casos,

três edições, Lisboa, Entroncamento e Funchal, que congregaram centenas de camaradas do activo, dos três ramos até que as situações sejam resolvidas a contento do nosso pessoal, das FA e do País!

Outro aspecto positivo a realçar nesta iniciativa é o facto de permitir a camaradas de todo o País poderem em dias e locais diferentes exercerem o Direito constitucional de manifestação, para exigirem aquilo a que têm direito: CARREIRAS DIGNAS!. ▲

Anteprojecto de diploma

O novo regime remuneratório dos militares dos QP, RC e RV das FA

N a sequência do Encontro Nacional pela Dignificação da Família Militar, no passado dia 18 de Outubro, vieram a público uma série de intervenções de altas patentes militares que reforçaram o há muito indissolúvel clima de mal-estar e insatisfação que se vive no seio das Forças Armadas e que culminou na Jornada de Insatisfação e Reflexão do passado dia 6 de Novembro, na qual cerca de 10000 militares das três categorias não compareceram ao almoço nas suas unidades.

Em virtude de tudo isto, sentiu o MDN a necessidade de colocar a circular um anteprojecto de sistema retributivo para os militares, tornando assim público aquilo que há muito mantinha em secretismo, como se de segredos militares se tratasse...

Esta é, de resto uma prática comum, para desmobilizar as pessoas e descentrar a discussão daquilo que é fulcral e essencial, ou seja, as carreiras no seu todo, envolvendo não só os vencimentos, mas também a progressão, a protecção social, a formação, etc.

À sede da ANS não chegou até hoje qualquer projecto de diploma sobre esta ou quaisquer outras matérias referentes à reestruturação das carreiras. Apenas temos o relatório final do 3.º Grupo de Trabalho, que nos foi entregue por um estafeta da GNR e classificado de CONFIDENCIAL, sendo certo que apenas contém matéria socioprofissional.

Realçar e alertar

Relativamente ao anteprojecto de diploma em concreto cabe realçar e alertar os camaradas para alguns perigos que contém e que nada tem de inocente, nomeadamente:

1. Apesar do ministro da Defesa continuar a afirmar que os militares não são funcionários públicos, integra-os neste anteprojecto na Tabela Remuneratória Única da Função Pública, juntamente com todos os funcionários públicos, inclusive com os do Regime Geral;

2. Todos os escalões passam a ter 3 anos de permanência mínima. Actualmente o primeiro escalão tem apenas 2 anos de permanência;

3. A progressão de escalão passa a depender de avaliação do mérito favorável, em termos que desconhecemos. Não sabemos se a avaliação também terá quotas ou se as progressões de escalão passarão a ser por escolha com base na avaliação do mérito;

4. A atribuição de Suplementos Remuneratórios passa a ser feita nos termos da Lei de Carreiras, Vínculos e Remunerações da Administração Pública (o ministro disse publicamente que esta Lei não se aplicava aos militares...), ficando relacionados com o concreto desempenho e exercício de cargos e funções que impliquem penosidade, insalubridade e risco;

O escandaloso de tudo isto é que o Suplemento da Condição Militar está englobado nos suplementos remuneratórios, logo os militares na situação de Reserva e a generalidade dos do activo a prestar serviço fora dos ramos ficarão excluídos.

5. O artigo 15.º relativo ao Suplemento da Condição Militar encontra-se em branco.

Não acreditamos que nesta altura o Governo não saiba o que pretende fazer acerca deste suplemento. Deve ser tão mau que entendem não ser ainda a altura certa para dar a conhecer...

6. A remuneração da reserva passa a ter por base de cálculo 40 anos de serviço. Esta medida afecta também, negativamente, o cálculo da pensão de reforma;

7. Saliente-se que este Anteprojecto no n.º 4 do seu artigo 21º, impõe prejuízos no cálculo da pensão de reforma para todos os camaradas que passaram à situação de Reserva sem terem concluído os 36 de serviço militar.

8. Os postos de 1SAR e SAJ, actualmente com 5 escalões, passam apenas a ter 4, o que é particularmente negativo pois são postos de longa permanência;

9. O SMOR actualmente posicionado no 4º escalão de CAP passa a estar posicionado entre o 3º e o 4º, descendo assim mais um patamar;

10. Do 2SAR ao SCH a progressão é feita com subidas de 1 nível remuneratório. Nos Oficiais é quase sempre feita de 2 em 2 níveis;

11. A transposição da actual tabela de vencimentos para a nova é feita sem que se resolvam os problemas existentes (inversões retributivas nos postos de 2SAR, 1SAR e SAJ em que militares mais novos têm vencimentos superiores a outros mais antigos do mesmo posto, progressões de apenas 5 pontos indiciários, sobreposição de vencimento entre o 1SAR e SAJ). Esses problemas transportados para a nova tabela conjunta com os funcionários públicos, podem acarretar consequências futuras imprevisíveis; situação agravada pelo facto de o decreto-lei 299/97, de 31 de Outubro ser revogado. Com a inclusão dos militares na Tabela Remuneratória Única

dos Funcionários Públicos é notória a degradação dos nossos vencimentos como Corpo Especial do Estado, no seio da Administração Pública.

- A Tabela Remuneratória Única tem 115 posições sendo o topo 6350,68 euros;
- Os Generais Chefes de Estado-maior

Nos quadros da folha seguinte podemos verificar a comparação de alguns dos postos militares com outros grupos e categorias profissionais, do ponto de vista da remuneração base na nova tabela.

Por tudo o que aqui se aponta, é importante que nos mantenhamos atentos e

Militares		Tabela Comum		Funcionários Públicos		
Posto	Esc.	Nível	R. Base	Categoria	Regime	Esc.
GEN	1	82	4651,44 €	Professor catedrático	Docentes ensino superior	1
TGEN	1	67	3879,06 €	Chefe de serviço	Médicos	2
MGEN	1	60	3518,62 €	Juiz de Direito	Magistrados Judiciais	2
COR	3	55	3261,16 €	Professor adjunto	Docentes ensino superior	2
COR	2	51	3055,19 €	Assessor Principal	Regime Geral	4
TCOR	4	46	2797,73 €	Assistente	Médicos	2
TCOR	1	41	2540,27 €	Delegado de Procurador	Magistrados do Min. Pub.	1
MAJ	4	40	2488,78 €	Assessor	Regime Geral	4
MAJ	1	36	2282,81 €	Secretário Técnico	Oficiais de Justiça	3
CAP	5	35	2231,32 €	Enfermeiro supervisor	Enfermagem	3
CAP	1	27	1819,38 €	Técnico superior 2ª classe	Regime Geral	4
SMOR	2	32	2076,84 €	Técnico Especialista Principal	Regime Geral	4
SCH	2	26	1767,89 €	Técnico Grau 2 – Nível 1	Técnicos de informática	2
SAJ	4	24	1664,91 €	Técnico Especialista	Diagnóstico e terapêutica	2
SAJ	1	21	1510,43 €	Enfermeiro graduado	Enfermagem	4
1SAR	4	20	1458,94 €	Escrivão adjunto	Oficiais de Justiça	3
1SAR	1	17	1304,46 €	Chefe de secção administrativo	Regime Geral	3
2SAR	1	15	1201,48 €	Técnico de 1ª classe	Regime Geral	2

Topo máximo de Carreira		
Cargo	R. Base	Nível
Pres. do Supremo Tribunal de Justiça (Magistrados Judiciais)	5990,24 €	108
Procurador-geral da República (Magistrados do Ministério Público)	5990,24 €	108
Professor catedrático (Docentes Universitários)	5269,35 €	94
CEMGFA (Militares)	4735,68 €	87
CEMA, CEME e CEMFA (Militares)	4651,44 €	82
Professor coordenador c/ agregação (Ensino Politécnico Superior)	4599,95 €	81
Chefe de Serviço (Médicos)	4188,02 €	73
Director-geral (Pessoal Dirigente)	3673,10 €	63

são colocados apenas na posição 82 ou seja, a 33 posições do topo da tabela;

- Um Coronel no último escalão, comandante de Base ou de Regimento, fica posicionado no nível 55 a menos de meio da tabela;
- Um SMOR, topo da carreira de Sargentos, é colocado no nível 32 correspondente ao quarto inferior da tabela;
- Um 1SAR do último escalão, com mais de 25 anos de serviço efectivo, fica colocado apenas no nível 20...

disponíveis e que acima de tudo, não nos deixemos "encantar pelo canto da sereia".

Temos que continuar a exigir o cumprimento da Lei, para que as associações possam ser envolvidas neste processo de reestruturação das carreiras como é nosso direito, pois é o nosso futuro e das nossas famílias que está a ser decidido e não podemos aceitar que sejamos mesmos de sempre a decidir unilateralmente, pois foram eles que nos conduziram ao atoleiro em que nos encontramos. ▲

Cartas ao Director

Basta!

Não sei a quem me dirigir em particular e como tal dirijo-me a todos os responsáveis por aquilo que se passa connosco, militares na reforma.

Dirijo-me a si, senhor PM, porque o considero o principal responsável pelo estado caótico a que chegaram as nossas reformas e os nossos direitos antes adquiridos.

Dirijo-me a si porque me enganou e a muitas centenas de milhares de portugueses que como eu se iludiram julgando que tinha aparecido alguém que ia olhar por nós e que afinal só nos tira.

Dirijo-me a si porque se esqueceu daqueles que tudo deram para que houvesse o 25 de Abril e que o senhor esqueceu que se não fossem eles jamais seria PM.

Dirijo-me a si porque se esqueceu daqueles que tudo deram pela Pátria com prejuízo dos seus familiares que ainda hoje mostram as sequelas daquilo que passaram.

E dirijo-me a si porque nos faltou ao respeito, porque nos esqueceu, porque nos tratou e trata como aquele papel que é amarrado e lançado no caixote do lixo.

Sim, senhor Primeiro-Ministro, sempre ouvi dizer que os direitos adquiridos jamais seriam perdidos e o que tem feito o seu Governo? Desde os direitos sociais, médicos e medicamentosos e aquilo que vai suceder aos Hospitais militares, o que nos vai restar? Sim, porque nós velhos militares da província também necessitamos de cuidados hospitalares e vimos o nosso poder de compra a ficar pelas ruas da amargura.

Depois diz V.^a Ex.^a que é perseguido pelos comunistas nas suas visitas, mas que vivemos em democracia. Acha que nós, militares reformados, ainda vamos nessa conversa? Mas que raio de democracia é esta em que os mais pobres e desfavorecidos continuam a ser mais prejudicados?

Depois é gritante o silêncio das hierarquias, que nos dá a sensação de se terem servido de nós para atingir os seus objectivos e agora nos abandonaram, talvez acomodados com as suas reformas ou outros cargos na sociedade civil.

Dirijo-me a todos os senhores deputados, a maior parte deles pequenos e moços ou ainda não nascidos no 25 de Abril, que também se esquecem ou fazem-se esquecidos destes militares que são aqueles que lhe proporcionaram serem eleitos democraticamente, mas que a democracia não é para todos!

Por último dirijo-me a S. Ex.^a o Senhor Presidente da República que, como Comandante Supremo das Forças Armadas, não permita que aqueles que tudo deram pela sua Pátria continuem a ser ostracizados pelo Governo, que parece esperar pelos seis palmos de terra que lhes hão-de ser lançados em cima...

Nós exigimos ser tratados com dignidade e como verdadeiros militares que fomos e nos consideramos!

Olegário Silva, SMOR/Ref
João Pelicano, SCH/Ref
Rui Felgueiras, SCH/Ref
João Sardinha, SMOR/Ref
Artur Domingues, SMOR/Ref ▲

Porta-voz da COMIL – Comissão de Militares

Homenagem
ao C.te Torres

Realizou-se, no dia 12 de Novembro, na Delegação do CSA, Feijó, um Porto d'Honra de solidariedade ao C.te Torres, à liberdade de expressão dos militares e à defesa das suas condições sociais na sociedade democrática.

Neste Porto d'Honra de Solidariedade participaram várias dezenas de oficiais, sargentos e praças dos três ramos, delegados das três associações, AOFA, ANS e APA e recebidas msgs de solidariedade, demonstrando que os lutadores não estão sós e, os seus camaradas, mesmo enfrentando castigos e ameaças do Governo, estão ao seu lado e lhe manifestam o apoio e solidariedade.

O Cte Torres

Oficial da Armada, com o posto de capitão tenente, na situação de reserva, ex-dirigente da AOFA, constituiu, num momento em que havia muitas dúvidas em enfrentar os ataques do Governo, com outros oficiais, sargentos e praças, a Comissão de Militares, que veio a designar-se por COMIL, tornando-se o seu porta voz.

Foi nesta condição de porta-voz, que ganhou, simultaneamente, muita admiração por parte daqueles que defendia e muita raiva por parte do Governo e dos seus defensores.

Num momento preocupante da Instituição Militar, contra proibições, ameaças e mentiras, soube com sere-



nidade e inteligência, coragem e determinação dar a cara e apresentar com clareza ao país, a toda a Instituição militar e ao Governo os problemas com que se debatiam e se debatem os militares portugueses.

Este Governo, claro, moveu-lhe, como tem movido e castigado outros militares, que não aceitam os ataques aos seus direitos, um processo de averiguações, que, por ridículo, foi arquivado. No entanto, revelou bem a vontade, a ânsia do Governo em castigar todos os que se opõe ao ataque aos direitos e à destruição da Condição Militar.

Depois da apresentação iniciou-se um debate animado, sobre os problemas na Instituição Militar e no País e

como levar a solidariedade aos outros militares castigados.

As diligências sobre o processo de amnistia aos camaradas está em marcha e em breve todos os militares serão informados.

Das várias intervenções feitas e dos muitos problemas levantados o debate sobre o futuro das Forças Armadas e a luta contra o ataque aos direitos dos militares torna-se cada vez mais necessária.

Por fim bebeu-se um Porto.

Cada vez mais, **LUTAR é PRECISO**, pois as restrições aos direitos só excepcionalmente são legítimas. **São contrárias à dignidade dos homens.** ▲



REFORÇAR A UNIDADE E A LUTA

Lição a retirar da "Operação Carcaça"

A "Jornada de Insatisfação e Reflexão", consubstanciada numa recusa ao almoço, vulgarmente designada de "Operação Carcaça", levada a efeito no dia 6 de Novembro, na sequência do Encontro Nacional realizado no passado dia 18 de Outubro, constituiu um enorme êxito tendo participado nela cerca de 10 000 militares.

Tem particular significado a adesão expressiva de oficiais e praças nas principais unidades, demonstrando que a insatisfação e mal-estar são transversais no seio das Forças Armadas.

Em Comunicado, a ANS saudou todos os delegados e activistas associativos pelo empenhamento nesta iniciativa de protesto.

Registou-se que, afinal, o MDN faltava à verdade! Tinha, há muito, conhecimento do mal-estar existente, e agora, ao assumi-lo, corrigiu o posicionamento que estava a colocar numa situação difícil as chefias militares.

Esta "Jornada de Insatisfação e Reflexão", enquadrada associativamente pela ANS, para além de demonstrar o que o MDN e o seu Secretário de Estado diziam não conhecer - a insatisfação e o mal-estar que grassam nas unidades militares - demonstrou também o papel determinante das Associações Profissionais de Militares (APM) na estabilidade das Forças Armadas e no desempenho, com excelência, das suas missões. A responsabilidade das suas acções tem-lhes granjeado enorme respeitabilidade e credibilidade no seio dos militares, credibilidade esta que tem servido de "válvula de escape" para tanta insatisfação, mal-estar e revolta.

A tutela não pode ignorar, muito menos desbaratar levemente, este capital de credibilidade e empenhamento em fazer parte das soluções e responsabilidade que caracterizam o funcionamento e as acções das APM.

No mesmo Comunicado, a ANS registou a intenção manifestada pelo MDN de ouvir as APM sobre as matérias sócio-profissionais. No entanto, entende desde já afirmar que tal processo só terá sentido se for efectivamente um processo de auscultação e não um simulacro.

Para tal será condição que também nesta matéria a Lei seja cumprida integrando as APM nos grupos de trabalho respectivos, pondo fim ao procedimento até agora adoptado de pedir opiniões sobre matérias de grande complexidade dando prazos exíguos para que as APM se pronunciem e nalguns casos mesmo quando as decisões já estão tomadas em definitivo.

A manter-se este procedimento não estaremos perante uma auscultação mas sim perante mais uma "ouvição"...

A ANS prosseguirá a sua acção! Sugerindo, desde já a necessidade de o Orçamento de Estado para a área da Defesa ser objecto de alterações, já que é brutal o corte verificado nas verbas para a saúde e, retirada a inflação e a parte respeitante à LPM, o OE não contempla qualquer subida nas verbas, mas sim uma diminuição real.

A não introdução de correcções no OE09, colidirá com as medidas de revalorização necessárias a adoptar, bem como atirará para longe a resolução de alguns problemas geradores do mal-estar e insatisfação existentes.

A ANS alerta para novas jogadas e manobras de diversão em torno de matérias que nos são muito caras e afectam decisivamente a Condição Militar - como são as carreiras retributivas e os suplementos - tendentes a colocar militares contra militares, quebrando a unidade duramente obtida, e a desviarem-nos da Defesa da Dignidade da Família Militar.

A ANS considera que a hora é de cerrar fileiras em torno da defesa intransigente da Condição Militar, da Dignidade da Instituição Militar e da Família Militar!

A ANS não abdicará de nenhum dos seus Direitos associativos, nem da exigência de que o Governo Cumpra a Lei, Titule e Liquide a Dívida crescente à Família Militar, superior a Mil Milhões de euros.

Exortamos os militares a que em defesa da Condição Militar nos mantenhamos Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra! ▲



Operação "Marcar Passo no Posto, Não!" na cidade do Funchal

Decorreu no Funchal, no passado dia 22 de Novembro, mais uma iniciativa promovida pela ANS, e dividida em duas partes distintas. Esta iniciativa contou com a participação do presidente da Direcção, Lima Coelho, do membro do Conselho Fiscal, João Paulo Santos, bem como com a colaboração de diversos delegados regionais.

A primeira parte da iniciativa decorreu pelas 15h00, na Praça da Restauração, uma das áreas mais movimentadas da capital madeirense, junto à estátua de João Gonçalves Zarco, nas proximidades do Quartel-General da ZMA e das instalações do Ministro da República. Permitiu que mais de duas dezenas de militares, maioritariamente na efectividade de serviço, usufruíssem de um direito, praticando-o, que a Lei Orgânica 4/2001, de 30 de Agosto, lhes consagra que é o "Direito de Manifestação". Assim, depois de legalmente

convocada, esta iniciativa reuniu naquele local diversos militares que se manifestaram contra a estagnação das carreiras, fazendo também ali a apresentação pública da operação iniciada uns dias antes em Lisboa sob o nome "Marcar Passo no Posto, Não!". Permitiu igualmente levantar a injustiça relativamente ao tratamento diferenciado que sofrem os militares e agentes das forças de segurança em serviço na região relativamente ao "subsídio de insularidade". Outros aspectos que preocupam os militares foram igualmente abordados, remetendo-se a sua discussão mais aprofundada para o debate que se seguiria mais tarde, noutra local da cidade.

A segunda parte da iniciativa constou de um debate sobre as questões sócio-profissionais e assistenciais que há muito afectam as Forças Armadas. Este debate decorreu no salão do restaurante "O Deão"

(especialmente reservado para este efeito), que se situa mesmo em frente aos prédios de habitação das famílias de militares em serviço na Região. Foi um debate muito participado, com representantes das várias unidades militares da ZMA, sendo a questão das "passagens à reserva compulsiva" um dos temas mais prementes, bem como os custos da insularidade, as dificuldades da assistência médica, ou mesmo a sua quase não existência, a estagnação nas carreiras, entre uma série de outros aspectos também focados.

É de realçar o empenho dos dirigentes e delegados regionais na realização desta iniciativa, bem como o envolvimento das famílias.

As iniciativas foram marcadas e preparadas para locais que facilitaram a vida aos militares, pela sua localização, facilidade de acessos e proximidade dos locais de habitação. ▲

ENCONTRO NACIONAL PELA DIGNIFICAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR

FAMÍLIA MILITAR MOSTRA CARTÃO VERMELHO ÀS POLÍTICAS DO GOVERNO

Na tarde invernosa de 18 de Outubro, em que sobre a cidade de Lisboa se abateu um pequeno dilúvio, cerca de 5000 militares e suas famílias protestaram contra as políticas do Governo, que têm vindo a pôr em causa a coesão social das Forças Armadas e a própria Condição Militar. Depois de se concentrarem no Rossio, desfilaram para o Terreiro do Paço, onde aprovaram uma Moção, dias mais tarde entregue aos Órgãos de Soberania, que se transcreve na pág. 10 deste jornal.



Moção



Os militares e seus familiares presentes no ENCONTRO NACIONAL PELA DIGNIFICAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR, sentem-se profundamente ofendidos pelas medidas do Governo, que colocam em causa a própria coesão social das Forças Armadas.

Lembram que continuam por cumprir dezenas de diplomas legais respeitantes aos militares, o que, constituindo um verdadeiro atentado à Democracia, provocou o acumular de uma Dívida crescente à Família Militar, já superior a Mil Milhões de Euros.

Realçam, ainda, que as medidas adoptadas na Saúde Militar, para além do atendimento reservado na degradante qualificação de "capacidade sobranter" para os que se encontram nas situações de reserva e de reforma e de todos os nossos familiares, podem pôr em causa a própria operacionalidade das missões.

Por outro lado, a Família Militar viu as suas Condições Sociais degradadas em mais de 10% nos últimos anos, devido aos congelamentos de carreiras e de remunerações dos militares e a aumentos anuais abaixo da inflação oficial.

Por último, merece especial referência, porque significativo, o desrespeito sistemático e continuado pelas competências consagradas em Lei para as Associações Profissionais de Militares (APM), arredando-as dos Grupos de Trabalho e de Conselhos Consultivos onde se tomam decisões estruturantes sobre matérias do foro socioprofissional.

Face a este crescente sentimento de serem tratados com injustiça e ingratidão e por considerarem indispensável pôr cobro à insegurança que experimentam, os presentes no Encontro Nacional "Pela Dignificação da Família Militar" resolvem que:

1- Não aceitarão que a crise sirva de pretexto para a não resolução ou o acentuar dos problemas existentes, até porque muitas das questões em aberto não envolvem quaisquer custos;

2- Não é aceitável, nem saudável, para o regime democrático manter-se o incumprimento de dezenas de diplomas legais, com isso ofendendo os militares e as suas famílias, bem como, até, a dignidade da Instituição;

3- Torna-se imperioso que o Governo assuma as dívidas já constituídas, honrando o estabelecido na Lei, se necessário, emitindo títulos transmissíveis e liquidáveis por fases num prazo inferior ou igual a dez anos;

4- É urgente dar cumprimento à Lei, integrando de facto as APM nos grupos de trabalho, conselhos consultivos (entre eles o do IASFA e a Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões) ou comissões, nas matérias de interesse socioprofissional para a Família Militar e que constituem suas competências;

5- Torna-se urgente adoptar medidas no sentido de que a ADM cumpra com a sua função, pelo menos ao nível de qualidade do serviço prestado antes da fusão imposta pelo Governo;

6- Impõe-se a adopção de medidas de salvaguarda do património do IASFA e do serviço primário para o qual foi fundado e construído por gerações de militares;

7- Urge assegurar um apoio adequado na área da Saúde Militar a toda a Família Militar, independentemente da constituição particular de cada um dos universos que a integram;

8- Importa garantir a eficácia da rede de apoio aos ex-combatentes vítimas do stress de guerra e repor os direitos retirados aos Deficientes das Forças Armadas;

9- A bem do sucesso da profissionalização das Forças Armadas, torna-se indispensável respeitar o regime de incentivos criado para os militares em regime de contrato e de voluntariado;

10- É imperativo fazer preceder as compensações devidas aos militares da análise de factores de discriminação positiva, entre os quais deve ser prioritariamente levado em conta o serviço de excelência que prestam ao País, conforme é reconhecido nacional e internacionalmente, bem como o facto de serem objectivamente os últimos garantes dos Supremos Valores Nacionais.

Os membros da Família Militar presentes no Encontro Nacional mandatam as Direcções das APM para diligenciarem junto dos Órgãos de Soberania e promoverem as iniciativas adequadas à reposição das condições de Saúde, da Assistência e das Condições Sociais salvaguardando a Dignidade.

Entre essas iniciativas, encontrar-se-á, obviamente, o dar conta da disponibilidade para, em reuniões, contribuírem com os seus estudos, análises e propostas, para as indispensáveis soluções, de modo a que possa ser feita Justiça.

Os membros da Família Militar presentes no Encontro Nacional manifestam a sua vontade e disponibilidade de prosseguir a luta em defesa dos seus legítimos direitos, conscientes de que essa é também uma luta pela dignificação da Instituição Militar. ▲

Reunião alargada do Núcleo Regional de Braga da ANS

No dia 27 de Novembro, pelas 20h30m, no Auditório do Museu Arqueológico D. Diogo de Sousa, em Braga, teve lugar uma reunião alargada da Família Militar, onde, entre os cerca de oitenta participantes presentes, se encontravam oficiais, sargentos e praças, no activo, reserva e reforma, e familiares nossos, também logicamente afectados por esta política anti Condição Militar. Estavam ali representadas diversas unidades daquela região geográfica com particular destaque para o Regimento de Cavalaria 6, o CAS-Braga e o Centro de Recrutamento desta cidade, sendo de destacar o trabalho dos delegados regionais na efectivação desta iniciativa. Mas estavam igualmente representadas outras unidades da região tais como AM1 de Maceda-Ovar, da Esquadra de Radares de Paços de Ferreira, da EPT, da DORH e DARH do Porto, da EPS da Póvoa do Varzim, e mesmo do CMSM de Santa Margarida.

Neste Auditório cheio, foi gratificante sentir toda a Família Militar unida na defesa da Dignidade dos Militares e das Forças Armadas, sendo notória a profunda preocupação sobre tantas matérias que diariamente nos afectam, como a degradação assustadora das condições de Assistência na Doença, a perda exponencial de poder de compra e consequente queda das condições sociais, o nível precário do Orçamento de Estado consignado à Defesa, que, apesar do propagandeado aumento, sofre uma redução efectiva em relação a 2008, no que já era uma sub orçamentação face às necessidades reais; os problemas sentidos principalmente por 1SAR e SAJ que passam mais de quinze anos no mesmo posto, sem qualquer perspectiva de progressão de carreira; a persistente recusa, contrária à Lei, em integrar as APM nos Grupos de Trabalho e Conselhos Consultivos, entre muitos outros aspectos.

A delegação da ANS, composta pelo presidente da Direcção António Lima Coelho, pelo vice-presidente David' Pereira, pelo secretário Paulo Contreiras, pelo presidente do Conselho Fiscal José Paulo Leitão e pelo vogal da Direcção José Mota apresentou a "Operação Marcar Passo no Posto, Não", uma campanha nacional de sensibilização contra a estagnação das carreiras, que se iniciou em Lisboa, frente ao MDN, e já teve seguimento no Funchal e no Entroncamento, com mais iniciativas locais previstas.

Foi anunciada, também, a Tribuna Pública contra a Sub Orçamentação das Forças Armadas, que, a custo de tanto terem de "rapar" cada cêntimo, cortam nas necessidades elementares de bem-estar nas Unidades, na capacidade operacional, e mesmo prejudicando militares em missões.

Anunciou-se também a CAMPANHA NACIONAL DE ANGARIAÇÃO DE SÓCIOS, pois só uma ANS forte e



em desenvolvimento poderá continuar a dar resposta a uma ofensiva crescente contra os direitos da Família Militar.

Ficou, após três horas de participação de debate, o sentimento no ar da necessidade de mais e melhores iniciativas. São dignas de registo algumas intervenções no sentido do reconhecimento pelo trabalho da ANS e o reforço da confiança na equipa que vai gerindo os destinos da nossa associação. ▲

Reunião com a família militar em Braga

Boa noite.

Enquanto escrevo este mail, estão vocês, camaradas da Direcção da ANS, em viagem para Lisboa, depois de uma Sessão de Esclarecimento/ divulgação que considero a todos os títulos exemplar.

Antes de mais quero expressar a minha consideração e estima por vocês, porque demonstraram hoje em Braga que, só com determinação e coragem se consegue atingir os objectivos e anseios que são comuns a todos os militares.

Além disso, reconhecer o esforço, que é tremendo, de fazer quase mil km para estar em Braga e regressar a Lisboa de imediato, prejudicando a vossa vida pessoal e a dos vossos agregados familiares.

Faço-o logo após a minha chegada a casa, com dois objectivos específicos.

Primeiro porque espero que este mail vos sirva de incentivo a continuar esta luta, que foi, é e vai ser dura, não se esperando facilidades nos próximos tempos.

Em segundo lugar, dizer-vos que nos próximos dias enviarei a minha inscrição para sócio, tentando desde já cumprir uma das metas por vós propostas, ou seja cativar mais camaradas para que também o façam.

Desde já me coloco à vossa disposição para qualquer situação ou assunto que considerem pertinente.

Estou colocado na EPS da Póvoa do Varzim e irei transmitir ao maior número possível de camaradas, o teor da nossa reunião, tentando sensibilizá-los e alertá-los para a actual situação.

Mais uma vez o meu muito obrigado pela vossa presença.

Joaquim Ribeiro
1SAR de Administração Militar ▲

Formação - Que Equivalências?

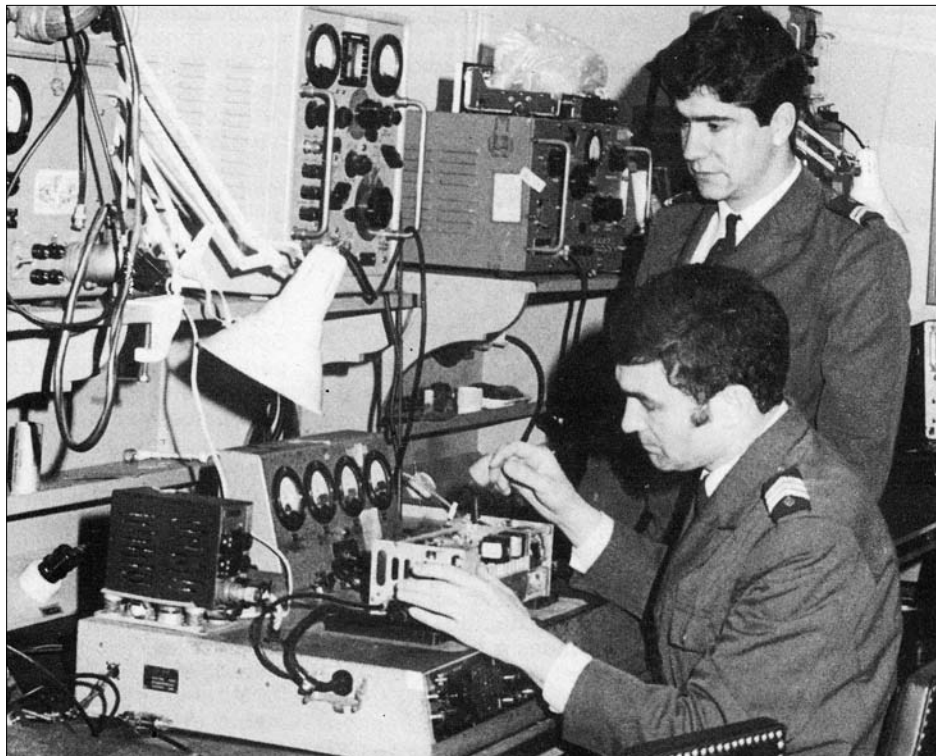
Caros Camaradas,

Em tempos de mudança, aproveito este meio para deixar a minha opinião acerca do que entendo ser hoje urgente debater com sentido do dever e respeito, responsabilidade e acima de tudo com a dignidade que entendem, deverão ser as linhas mestras que devem caracterizar e pautar cada vez mais o Sargento. Basta isto para que em dias difíceis como os que a nossa sociedade vive hoje, possamos fazer uma grande diferença não só na Instituição militar mas também na nossa sociedade onde nos inserimos. É neste contexto que quero abordar a formação que é dada aos Sargentos do quadro permanente numa sociedade cada vez mais exigente para com aqueles que nela são interventivos... e o militar é ... e o Sargento deve estar preparado para olhar o mundo civil de cabeça levantada, sendo mais participativo e principalmente ouvido.

Actualmente, os futuros Sargentos entram para a ESE com o 12.º ano, estudam dois anos, têm formação "contínua" através de vários cursos de índole militar, fazem um estágio de promoção a Sargento Ajudante, um curso de promoção a Sargento Chefe e na realidade a que equivale tudo isso?... A NADA!

Como disse, os tempos são de mudança e esta é também feita ao nível da educação/formação. Tenho a ideia que os Sargentos, por várias razões, não estão a saber aproveitar o que praticamente está a "ser oferecido" à sociedade civil, e diga-se, a Academia Militar rapidamente se adaptou.

Vejamos. Hoje, qualquer cidadão maior de 23 anos, mesmo sem habili-



tações literárias, pode pedir equivalências através da sua experiência profissional e desta forma entrar numa qualquer Universidade. E nós Sargentos? Qual a equivalência civil para 20 anos de serviço técnico?

Muito se falou e continua a falar sobre o processo de Bolonha. É aqui que entendo, deve ser feita uma proposta no sentido de habilitar o Sargento com uma Licenciatura nos moldes de Bolonha. Afinal o que nos falta? Um ano, apenas um ano de estudos (e respectiva adaptação curricular). Desta forma, e pelas suas habilitações reconhecidas, o Sargento seria um técnico numa sociedade cada

vez mais exigente e "cruel", "todo um resto por demais debatido" seria consequência.

Quem pode levar a mal que com respeito, responsabilidade e dignidade se "exija" formação? Não é essa uma das orientações sociais actuais do nosso País?

Ficou-me gravado um episódio passado com alguém de bastante responsabilidade na nossa Instituição e que quando oportunamente questionado acerca da possibilidade de aproveitar Bolonha para reformular o Curso de Sargentos atribuindo-lhe o grau de licenciado (3 anos de estudos), à questão respondeu: "é lícito

perguntar e questionar, mas não sei se os Sargentos têm habilitações a menos, ou se pelo contrário, têm habilitações a mais". Confesso que não estava à espera de uma resposta destas e que me deu muito que pensar.

Ao longo dos meus anos de serviço tenho reparado que de nada adianta "reclamar, lutar, mostrar evidências" por valores devidos e justos dado que, quando confrontados nua e crua dentro da Instituição e aos olhos da sociedade apenas temos (e na melhor das hipóteses) o 12.º ano o que, olhando para a função pública (dado ser assim que está a ser feito onde por exemplo um SAJ no 1.º escalão é equiparado a um enfermeiro estagiário), somos logo calados e colocados no devido lugar... Afinal, no que respeita a habilitações estamos equiparados a Praças que tenham um curso de formação e sendo assim, falta digamos que moralidade na medida que até nos estão a equiparar por cima (digamos que muito por cima). Desta forma seremos sempre remetidos a meros executantes, por mais que se fale é assim. Na Instituição e na sociedade.

Afinal não é isso que se passa? O que torna um Aspirante a Oficial, e com todo o respeito para com as pessoas, com 3 meses de recruta, sem experiência profissional e sem mercado de trabalho num comandante de Companhia ou de uma Secção de Estado-maior, numa pessoa/militar em quem um Comandante confia ser representado se necessário perante entidades civis? Serão os seus conhecimentos militares? Não! São as suas habilitações... É-lhes desta forma atribuída uma importância exacerbada na função bem como no vencimento pela Instituição onde, dificilmente pela sua vida fora terão equivalente no mercado de trabalho civil. Afinal a "Tropa paga bem"!

Começar pela base, ou seja, obter formação reconhecida, é a meu ver o melhor caminho para todo um resto. Tornar o Sargento num militar mais habilitado e equiparado naturalmente a outras profissões civis é o meio mais "inteligente" para o Sargento se "impor" por ser Sargento e desta forma ser ouvido e a sua opinião e parecer serem respeitados e levados em conta aquando a tomada de decisão. Caso contrário é só ruído onde algumas pretensões justas vão sendo obtidas digamos que por acréscimo.

Para finalizar digo que está próximo o tempo em que o 12.º ano será visto como a antiga quarta classe...E se nada for feito é aí que estará o Sargento.

Com sentido do dever e respeito, responsabilidade e dignidade,

Augusto Vidal
SAJ Eng.

17 de Novembro de 2008 ▲

Carta a um General

Caro senhor General Loureiro dos Santos,

Resolvi endereçar-lhe esta carta na forma de cartas ao director do meu jornal "O Sargento", porque este é o único veículo de comunicação social ao meu alcance: todos os que vos franqueiam as portas me estão vedados.

Apesar de nunca nos termos cruzado ao longo dos muitos anos em que ambos servimos Portugal nas Forças Armadas, vós no Exército e eu na Marinha, com postos e funções de desnível notório, sempre tive por V. Exa. alguma admiração, embotada aqui e ali pelas posições contraditórias que o tenho visto tomar nos tais órgãos de comunicação social, tão depressa combatendo as associações socioprofissionais de militares e os seus dirigentes, como fez no programa televisivo "Prós e Contras" em Dezembro de 2006, abrindo a porta e dando o mote à repressão que recaiu especialmente sobre os dirigentes da minha associ-

ação, como, a seguir sei que assume cargos dirigentes das associações, primeiro na AOFA e, agora, na ASMIR.

O que mais me impressiona em si, senhor General, é o facto de o senhor, sendo actualmente dirigente da ASMIR, associação de pessoal da reserva e da reforma, onde eu me encontro, nas declarações públicas que fez durante os dias ao redor do encontro nacional pela dignificação da família militar, onde não o tive o ensejo de o encontrar, não referiu uma única vez, que eu lesse ou ouvisse, a enorme dívida, segundo me dizem para cima de 400 milhões de euros, a nós reformados, que este e anteriores Governos deixaram acumular. Sobre nós, universo pressupostamente sobre protecção da associação de que V. Exa. é Presidente da Assembleia Geral, como disse, não ouvi uma palavra.

Saiba V. Exa. que comentando as suas palavras com jovens militares do

activo, oficiais, sargentos e praças meus conhecidos, indignados pela imagem de irresponsabilidade e leviandade com que os apresentou publicamente, ouvi deles o seguinte comentário: deixai-o, coitado, são disparates de velho! Mas sendo conselheiro do senhor Ministro e especialista em estratégia, talvez assim não seja.

Espero sinceramente encontrá-lo em alguma das acções levadas a cabo pelas nossas associações para poderemos trocar duas ou três ideias que eu tenho sobre a associação de que V. Exa. é dirigente, de modo a ser mais pró-activa, menos subserviente e, assim, conseguirmos que o Governo pague o que nos deve, e estancar a sangria de sócios que a sua não acção lhe tem custado.

Cumprimentos de

Alfredo Correia
SCH TEA Reformado da Marinha ▲

Forças Armadas - Há um futuro?

É necessário insistirmos em que a força militar, por conformismo inerente à sua própria natureza, não se reformará por si própria. É um assunto de Estado, o primeiro dentre todos que lhe dizem respeito.

Charles de Gaulle

Entre Junho de 1991 e Setembro de 1994, quando era ministro da Defesa do Governo do Prof. Cavaco Silva o Dr. Fernando Nogueira, as Forças Armadas foram objecto de uma profunda reforma, que, entre outras vertentes, incidiu drasticamente na redução do número de oficiais e sargentos do QP. Nessa época, vivendo-se um período que hoje podemos classificar de “*vacas gordas*”, não se invocava, como agora, qualquer crise em curso, mas tão-só a indispensável racionalização dos meios e o necessário redimensionamento das FA. Parecia, portanto, que o poder político achava que ainda se justificava a existência de FA.

Todavia, enquanto para a opinião pública se fazia passar esta compreensível mensagem, no mesmo cenário de abundância que então se vivia, havia já alguns anos que o poder político iniciara os cortes na retribuição dos militares das FA. No quadro que se segue, comparando a evolução dos vencimentos-base de quatro categorias de servidores do Estado, poderá constatar-se como o tratamento de desfavor ia já bem lançado.

Enquanto isto se passava, a Instituição Militar tinha um comportamento sereno e os chefes militares não podiam queixar-se do ruído produzido por associações profissionais de militares (APM), porque elas ainda não existiam. A tropa estava disciplinada e muda e os chefes, provavelmente, estariam a desenvolver o melhor dos seus esforços no sentido de obter para os seus subordinados as recompensas que a mais elementar justiça impunha – isto, claro, sempre no pressuposto de que se justificava a existência de FA em Portugal. Todavia, o resultado estava à vista. No meio da maior serenidade, o estatuto retributivo dos militares continuava em queda.

Perante a mais que patente incapacidade das chefias militares para resolver o problema, foram-se afirmando as APM, as quais, obviamente, não podiam desempenhar as suas missões nos mesmos moldes cordatos e submissos dos CEM's. Parece que ainda há quem não entenda esta verdade elementar: no preciso momento em que se constituíram as APM, ruiu uma parte substancial do prestígio dos chefes, os quais deixaram de representar os militares junto do poder político, passando a ser vistos como representantes do poder político junto dos militares.

Não se questiona, evidentemente, a representatividade que mantêm no tocante às FA enquanto Instituição que cumpre missões.

A última década foi já bastante marcada pela crescente visibilidade das APM. Mas essa visibilidade tem sido, mesmo assim, de frequência muito moderada. Quer isto dizer que chegam a decorrer vários meses entre duas “*campanhas*” consecutivas. No intervalo dessas “*campanhas*”, o país e o poder político esquecem os militares. Ninguém se lembra de aproveitar esses



tempos de acalmia para discutir serenamente a situação das FA, dos militares e, até – PORQUE NÃO? – se se justifica a existência das próprias FA. Ora, uma tal atitude – do Governo, da sociedade, dos media – só vêm demonstrar que, em Portugal, se não se “*agitar*” de algum modo o cenário castrense, ninguém quer saber da sua existência. O pior é que, quando esses momentos de agitação ocorrem, a discussão que se segue não é feita sobre as **razões** da mesma, mas sim sobre a sua **forma**. Analisando este estranho fenómeno, somos obrigados a concluir que a questão já não é apenas a de “*ninguém querer saber*”, passando a ser também a de **não quererem que se saiba**.

Diga-se, em abono da verdade, que esta postura nem é apanágio exclusivo da sociedade civil. Também se manifesta entre número apreciável de militares. Só que, neste caso – exemplificando muito bem as contradições existentes em muitos espíritos –, mesmo entre os militares que se sentem claramente abandonados pela nação, verificamos que predominam as censuras à **forma** como as questões da retribuição são expostas na praça pública, acabando, invariavelmente, por se desligarem do debate sobre o conteúdo. Ando há vários anos à espera que algum destes devotados camaradas se digne sugerir um método que, no maior respeito pela democracia e pela melhor tradição militar, resolva o delicado problema que resulta do poder político pretender ter militares simultaneamente baratos e mansos.

Assim, não faz sentido que se critique a «*mediatização*» dos problemas militares, porque a ausência dessa mediatização constituiu uma das traves mestras do esquecimento a que as Forças Armadas têm sido votadas. Não faz sentido que se defenda publicamente, como há anos fez um CEM, que «*aqueles que na procura da dignidade e prestígio esquecem a sua condição militar não são dignos do prestígio que pretendem alcançar*», porque, manifestamente, o «*esquecimento da condição militar*» não foi obra dess-

es militares mas sim do poder político, com o qual a maioria dos chefes militares têm convivido com a duvidosa «*serenidade*» que tanto gostam de recomendar aos seus subordinados.

Deve reconhecer-se que, relativamente às FA e aos militares, a cegueira da sociedade não é total. Aqui e além, fazem-se ouvir vozes atentas e sensíveis que descodificam muito bem os pecados que o poder político vem cometendo. E não precisamos de lançar mão de exemplos recentes, porque os problemas vêm de longe e perdem-se no tempo. Em editorial do «Expresso», de 30 de Março de 1997, escrevia, a propósito, o seu director: «*Constituindo, durante décadas, um dos pilares da Pátria, a tropa tem vindo a tornar-se uma instituição periférica, inteiramente subordinada ao poder civil, aparentemente destituída de voz própria. A perda de importância dos militares é tão notória que se torna mesmo legítimo perguntar se o seu descontentamento valerá uma manchete.*» Na mesma data, escrevia Diogo Pires Aurélio, no Diário de Notícias: «*Salvo raras e honrosas exceções, a cultura que tem predominado entre a classe política a respeito das questões militares resume-se a dois objectivos ‘estratégicos’: manter em sossego as casernas; gastar com elas o estritamente necessário (...) desde que se deu o ‘regresso aos quartéis’ as questões militares dir-se-ia terem sido reduzidas, na melhor das hipóteses, a um ‘mal necessário’, do qual se fala apenas uma vez por ano e a título de alínea penosa e prosaicamente inscrita no Orçamento de Estado.*»

Vejamos, agora, em que cenário se encontravam os militares portugueses nas vésperas da entrada em funções do Governo presidido pelo 1.º ministro José Sócrates.

Como pano de fundo, dominava a questão de uma prometida reaproximação das retribuições dos militares às categorias de referência. Essa promessa, nunca cumprida, fora adiantada, em 1999, pelo então ministro da Defesa Dr. Jaime Gama, curiosamente no seguimento de uma bem sucedida acção de mediatização das questões mi-

litares, levada a cabo pelas APM. Estava-se, repito, num cenário de promessa de melhoria de condições, o que equivale a dizer que o poder político reconheceu a situação de desfavor em que os militares se encontravam. Com a chegada do Governo actual, entrou um novo cenário – o da crise declarada e o da necessidade de “*apertar o cinto*”. Este “*aperto*”, para haver moral, teria que ser sentido por todos. Vai daí, os militares também o iam sentir, e de que maneira. Mas é precisamente aqui que entra em cena uma falsa questão moral, isto é, no período de “*vacas gordas*”, enquanto os demais engordavam, os militares emagreciam... porque sim! No período de “*vacas magras*”, os militares devem sujeitar-se às consequentes restrições, porque não são mais do que os restantes cidadãos!

Para agravar tudo isto – não execução da promessa de melhoria e perda de benefícios devidos à crise –, o poder político deu em não cumprir leis por ele próprio produzidas e nem aquilo que a lei estipula paga aos militares. Uma dívida de milhões de euros em diversas vertentes das retribuições, reembolsos de despesas com a saúde, subsídios de reinserção ao pessoal não permanente, etc., não parecem perturbar minimamente o poder político, tão-pouco merecendo uma reprovação que de longe se assemelhe às que são feitas à **forma** como os militares se manifestam. Resumindo, o descalabro moral que se abateu sobre os militares das FA teve, em sucessão, estas cinco fases:

1. Queda no estatuto retributivo face aos outros servidores do Estado
2. Promessa de melhoria não cumprida
3. Perda de direitos e níveis de retribuição
4. Não cumprimento de leis – dívida pecuniária
5. Recusa do direito à indignação

Uma nação que trata assim os seus militares tem de perguntar-se para que é que precisa de Forças Armadas. Se já não se coloca a necessidade de alguém **morrer pela pátria**, então deixa de se justificar a existência de Forças Armadas. Ainda recentemente, em artigo no Público de 7 de Novembro, o Dr. José Miguel Júdice falava de «*tropas ociosas*» e afluía uma tese sua, segundo a qual «*o Exército e a Força Aérea seriam dispensáveis, mantendo-se apenas uma guarda costeira, uma força de intervenção rápida, forças militarizadas e de segurança e meia dúzia de oficiais generais*». Eis aqui uma proposta que, num esforço de boa-vontade, vamos admitir ser tão sensata como o alerta protagonizado há poucas semanas pelo general Loureiro dos Santos. Entre uma e outra, importa encontrar uma saída para este momentoso problema. O estado de desmoralização das FA fere-as de morte e torna-as impróprias para as missões que lhe estão constitucionalmente impostas. Urge, por conseguinte, acabar com esta situação imoral.

Será um exagero comparar a situação actual com a que se viveu nas vésperas do 28 de Maio de 1926. Ainda bem! O perigo está quando os alertas deixam de parecer despropositados.

Nessas alturas, normalmente, já não resolvem nada.

David Martelo
Coronel Ref. ▲

INTERNACIONAL

98.º Presidium e 3.º Congresso da EUROMIL

Entre os dias 12 e 15 de Novembro decorreu, em Bruxelas, o 98.º Presidium e o 3.º Congresso Ordinário da EUROMIL – Organização Europeia de Associações Militares.

A ANS fez-se representar pelo presidente da Direcção, Lima Coelho - que é igualmente membro da Direcção deste organismo europeu - e pelo vogal da Direcção Mário Ramos. A AOFA fez-se representar pelo seu presidente do Conselho Nacional, Alpedrinha Pires.

Na manhã do primeiro dia, no local em que decorreram os trabalhos, houve a oportunidade de um "pequeno-almoço de trabalho" com o eurodeputado Pedro Guerreiro (PCP), que fez questão de contactar as delegações portuguesas presentes em Bruxelas.

Na abertura dos trabalhos estiveram presentes diversas entidades. Tomaram a palavra os seguintes convidados: Hans-Gert Pottering, Presidente do Parlamento Europeu; John Moncks, Secretário-Geral da CES – Confederação Europeia de Sindicatos (ETUC – European Trade Union Confederation); Embaixador Janez Lenarcic, responsável do OSCE/ODIHR – Office for Democratic Institutions and Human Rights; Egon Ramms, General Comandante do "Allied Joint Force Command – Brunssum" e Pieter de Crem, Ministro da Defesa da Bélgica.



Nova Direcção da EUROMIL



Delegação portuguesa

No final da cerimónia de abertura, Emmanuel Jacob, Presidente da EUROMIL, após o agradecimento aos convidados terminou afirmando que a EUROMIL não deixará de lutar pelos seus objectivos enquanto um militar no Sul da Europa não usufrua dos mesmos direitos e condições sociais dos seus camaradas do Norte. Reforçou ainda a ideia que as obrigações sociais com os militares devem existir desde o dia em que o militar é incorporado até ao dia em mora a sua viúva.

Após a apresentação do Livro da OSCE/ODIHR "*Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais para o Pessoal das Forças Armadas*", com um período de perguntas e respostas a um especialista da OSCE/ODIHR, a agenda do Presidium previa a realização de duas "workshops" distintas:

Workshop 1 – "*Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais para os Militares Europeus*".

Entretanto, decorreu uma reunião que englobou o grupo de especialistas em Missões Internacionais e os presidentes ou responsáveis das diversas associações membros, no sentido de validar e/ou reforçar as conclusões de trabalhos anteriores.

Workshop 2 – "*Regresso a casa! Reintegração após o desempenho de missões em teatros distantes*".

Os trabalhos do Congresso incidiram particularmente na eleição dos novos órgãos dirigentes e na votação de alterações pontuais aos estatutos, por meio de propostas das associações membro, com o objectivo de melhorar os métodos de funcionamento desta organização.

Como ponto de curiosidade há a registar o facto de, pela primeira vez na his-

tória da EUROMIL, se apresentaram a eleição mais candidatos que lugares disponíveis.

Do acto eleitoral resultou a eleição dos novos órgãos sociais que são agora constituídos por: Presidente: Emmanuel Jacob (Bélgica); Vice-Presidente: Bernhard Gertz (Alemanha); Tesoureiro: Denis Granville (Irlanda); Vogais: Ton de Zeuw (Holanda), António Lima Coelho (Portugal), Ottó Heiling (Hungria), Anatol Tichoniuk (Polónia), Finn Bengtsen (Dinamarca), Flemming Vinther (Dinamarca). Auditores: Filip Duquesne (Bélgica) e Martin Michels (Alemanha);

Vice-Auditores: Simon Devereux (Irlanda) e Peter Lamme (Holanda).

No final dos trabalhos, Ari Pakarinen, da Paallystoliitto (Associação Finlandesa de Oficiais Técnicos), apresentou uma proposta ao Presidium no sentido de encorajar a EUROMIL a estabelecer contactos com a CES (ETUC) tendo em vista a eventual necessidade de acções a tomar no futuro.

O próximo Presidium (da Primavera) será realizado dias 16 e 19 de Abril de 2009, em Berlim, a convite da DBwV, a associação alemã de militares. O Presidium de Outono de 2009 será realizado em Bruxelas, em data a anunciar. ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 3 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Eleitoral, a realizar na Voz do Operário, sita na Rua da Voz do Operário, n.º 13, em Lisboa, no dia **31 de Janeiro de 2009**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição dos Órgãos Sociais para o biénio 2007/2008 (Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal).

A Assembleia de Voto funcionará das 09.00 às 13.00 horas.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 10 de Dezembro de 2008

O Presidente da Assembleia Geral
Dinis Manuel Vitória da Fonseca

Actividade ASSOCIATIVA

Resistência tem sido exigência constante

Face ao enorme ataque efectua- do por este Governo aos cidadãos em geral e à Família Militar, em particular, a resistência tem sido uma exigência constante. Daí resulta uma intensa actividade associativa da qual vos damos a conhecer alguns dos seus actos mais visíveis ou referenciáveis.

A toda esta actividade acresce o estudo aprofundado de diversos documentos e projectos, a preparação de memorandos, comunicados, boletins, e outros documentos de grande responsabilidade, dentro e fora das fronteiras do território nacional.

Para além de todas estas exigências não pode deixar de se referir que tudo isto é feito sem descurar as responsabilidades e obrigações próprias de militares na efectividade de serviço, como o são os dirigentes da ANS.

JULHO

21 – Reunião entre Direcções ANS/AOFA/APA na sede da ANS;

23 – Almoço em Tancos BRR/UAE. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras e J. P. Silva;

26 – Homenagem aos três paraquedistas exumados da Guiné-Bissau. Na Igreja da Força Aérea em Lisboa, ANS representada por L. Coelho. Em Tancos, ANS representada por J. P. Silva;

29 – Reunião com a Direcção da ADFA, na sua sede. Delegação da ANS composta por L. Coelho e D. Pereira.

AGOSTO

07 – Deslocação à Residência Oficial do Primeiro-ministro para entrega de pedido de audiência. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e J. Gonçalves;

13 – Deslocação à Casa Militar da Presidência da República para entrega de Memorando e pedido de audiência. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira, J. Pereira e P. Contreiras;

29 – Cerimónia "Recordatória" da publicação das Leis Orgânicas 3/2001 e 4/2001, realizada no Café "O Martinho da Arcada", em Lisboa, por iniciativa da ANS.

SETEMBRO

01 – Reunião entre Direcções ANS/AOFA/APA na sede da APA;

03 – J. Pereira chamado ao DIAP para ser ouvido em declarações;

08 – Reunião entre Direcções ANS/AOFA/APA na sede da ANS;

09 – Conferência de Imprensa realizada no Hotel Mundial, em Lisboa, pelas ANS/AOFA/APA para apresentação pública do "Encontro Nacional pela Dignificação da Família Militar";

12 – Reunião de Sargentos em Viseu. ANS representada por L. Coelho e M. Ramos;

13 – Reunião de Sargentos em Chaves. ANS representada por L. Coelho e M. Ramos;

13 – Reunião de Sargentos em Braga. ANS representada por L. Coelho, M. Ramos e J. Mota;

14 – Reunião de sargentos no Porto. ANS representada por L. Coelho, M. Ramos e F. Machado;

18 – Reunião de Sargentos em Tavira. ANS representada por L. Coelho e P. Contreiras;

19 – Reunião entre Direcções ANS/AOFA/APA na sede da AOFA;

20 – Reunião de Sargentos em Lamego/V. Real. ANS representada por D. Pereira;

21 – Cerimónia realizada pela ANCU – Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, em Tondela. ANS representada por D. Pereira;

23 – Reunião de Sargentos em Évora. ANS representada por L. Coelho e M. Ramos.

23 – Reunião de Militares em Beja. ANS representada por L. Coelho e M. Ramos;

25/26 – Reunião de Direcção da EUROMIL em Berlim. ANS representada por L. Coelho;

25 – Reunião de Sargentos em Castelo Branco. ANS representada por A. Martins e C. Gervásio;

29 – Reunião de Militares no Alto do Moinho, Corroios. ANS representada por J. Pereira e A. Martins;

29 – Reunião de Sargentos na Marinha Grande. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras e R. Castanheira;

30 – Reunião de Sargentos no CAS-Alfente. ANS representada por J. Pereira e A. Martins;

30 – Lançamento de um livro da autoria do TGen Silvestre dos Santos. ANS representada por D. Pereira e L. Bugalhão;

30 – Cerimónia de Tomada de Posse dos elementos da Direcção da ASMIR. ANS representada por L. Coelho.

OUTUBRO

01 – Reunião de Militares na Amora. ANS representada por J. Pereira e A. Martins;

01 – Reunião de Militares no Entroncamento. ANS representada por D. Pereira, P. Contreiras, J. P. Silva e M. Pereira;

02 – Reunião de Militares em Sto. António – Barreiro. ANS representada por L. Coelho e J. Pereira;

02 – Reunião de Sargentos em Estremoz. ANS representada por A. Martins e C. Gervásio;

04 – Reunião entre Direcções ANS/AOFA/APA na sede da AOFA;

06 – Reunião de Militares em Alhos Vedros. ANS representada por L. Coelho e J. Pereira;

07 – Reunião de Militares (conjunta ANS/APA) na Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L. Coelho e L. Bugalhão;

08 – Reunião de Militares (conjunta ANS/APA) na "Voz do Operário", em Lisboa. ANS representada por D. Pereira, J. Pereira, P. Contreiras, L. Bugalhão, J. Gonçalves;

09 – Reunião de Militares (conjunta ANS/AOFA/APA) em Vila Franca de Xira. ANS representada por D. Pereira;



Cerimónia "Recordatória" da publicação das Leis Orgânicas 3/2001 e 4/2001, realizada no Café "O Martinho da Arcada", em Lisboa, por iniciativa da ANS, em 29 De Agosto.

10 – Cerimónia do 16.º aniversário da AOFA, na FIL, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

13 – Cerimónia de descerramento de cartazes temáticos de Fernando Pessoa, no Café "Martinho da Arcada", em Lisboa. ANS representada por L. Coelho e D. Pereira;

13 – Reunião entre Direcções ANS/AOFA/APA na sede da ANS;

14 – Reunião de Militares (conjunta ANS/APA) no Samouco – Montijo. ANS representada por J. Pereira, P. Contreiras e P. Leonardo;

16 – Conferência de Imprensa realizada no café "Martinho da Arcada", em Lisboa, pelas ANS/AOFA/APA para apresentação pública do Encontro Nacional da Família Militar;

18 – ENCONTRO NACIONAL PELA DIGNIFICAÇÃO DA FAMÍLIA MILITAR;

28 – Deslocação de uma delegação da ANS ao Ministério das Finanças para entrega de pedido de audiência;

30 – Reunião entre Direcções ANS/AOFA/APA na sede da APA, para análise e balanço do Encontro Nacional.

NOVEMBRO

03 – Cerimónia de Sufrágio pelos mortos da FAP, na Igreja da FAP, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

03 – Cerimónia de abertura do ano académico e entrega de diplomas no IDN – Instituto da Defesa Nacional. ANS representada por L. Coelho e M. Ramos;

06 – Jornada Nacional de Insatisfação e Reflexão, que decorreu à hora do almoço nas unidades militares do País;

06 – Reunião de Militares em Viseu. ANS representada por L. Coelho e D. Pereira;

12/13/14/15 – Reunião de Direcção, 98.º Presidium e 3.º Congresso da EUROMIL, em Bruxelas. Delegação da ANS composta por L. Coelho e M. Ramos;

12 – Porto de Honra na Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó, pelo

arquivamento do processo ao Cnte Fernandes Torres, porta-voz da COMIL;

15 – Cerimónia do Bicentenário da Torre e Espada, do 90.º aniversário do Armistício da I Guerra Mundial, do 85.º aniversário da Liga dos Combatentes. Esta cerimónia decorreu em Belém, junto ao Forte do Bom Sucesso e do Monumento aos Mortos. ANS representada por L. Bugalhão e A. Jacinto;

18 – ANS recebida pela Comissão Parlamentar do Trabalho, Administração Pública e Segurança Social. Delegação da ANS composta por L. Coelho, P. Contreiras e R. Cardoso;

19 – Operação "MARCAR PASSO NO POSTO, NÃO!" frente ao Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa;

20 – Operação "Marcar Passo no Posto, Não!" no Entroncamento, seguida de reunião de militares no Auditório do Centro Cultural da Vila Nova da Barquinha. ANS representada por L. Coelho, J. Pereira, D. Pereira, M. Pereira e J. P. Silva;

22 – Cerimónia do 25.º Aniversário do CPA – Clube de Praças da Armada. ANS representada por A. Dias;

22 – Operação "Marcar Passo no Posto, Não!" no Funchal, Madeira, seguida de reunião de militares no Restaurante "O Deão". ANS representada por L. Coelho e J. P. Santos;

25 – Apresentação da "TRIBUNA PÚBLICA sobre a Sub-Orçamentação das Forças Armadas" no jardim de S. Bento, junto à Assembleia da República. Apresentação feita por L. Coelho, D. Pereira, J. Pereira e M. Ramos;

25 – Palestra sobre "O Significado Estratégico do Mar" no IDN, em Lisboa. ANS representada por D. Pereira e J. Castro;

27 – Operação "Marcar Passo no Posto, Não!" em Braga sob a forma de reunião de militares no Auditório do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa. ANS representada por L. Coelho, D. Pereira,

P. Contreiras, J. P. Leitão e J. Mota; 29,30 e 01DEZ – Formação sobre o Reforço do Associativismo, em Bruxelas, sob a égide da EUROMIL. Delegação da ANS composta por M. Ramos, L. Bugalhão e P. Contreiras;

29 – Cerimónia de Abertura do Congresso do PCP. ANS representada por L. Coelho, D. Pereira e J. Pereira.

DEZEMBRO

01 – Reunião de um Fórum de Associações de Combatentes, na sede da ADFA, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

01 – Cerimónia de Encerramento do Congresso do PCP. ANS representada por L. Coelho, D. Pereira e J. Pereira;

04 – Deslocação a Viseu para acto de Solidariedade com dirigente local da ADFA, em Greve de Fome. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e A. Martins.

Por altura do fecho desta edição de "O Sargento" continuavam em preparação reuniões descentralizadas por todo o país, com o objectivo de repetir a operação "Marcar Passo no Posto, Não!" e de denunciar outras anomalias que ferem os direitos da Família Militar e em particular do universo dos Sargentos de Portugal.

Prosseguem entretanto os trabalhos de finalização da Lista a apresentar ao acto eleitoral de 31 de Janeiro de 2009, não apenas para dar continuidade ao projecto associativo que prosseguimos, como também para o reforçar, dado que no momento de grande dificuldade que atravessamos este projecto associativo se reafirma como um garante de resistência e de esperança na defesa dos direitos dos militares portugueses.

De todas as iniciativas que se aproximam, do acto eleitoral em si e das comemorações do 118.º aniversário do "31 de Janeiro de 1891" vos daremos conta na próxima edição do nosso jornal "O Sargento". ▲

Capacidade sobran- te na Saúde Militar... Já atinge os militares no activo

A degradação da prestação de cuidados de saúde que as Associações Profissionais de Militares (APM) têm vindo a denunciar, fruto das políticas do Governo, e que o MDN vem procurando desvalorizar afirmando mesmo que tudo está resolvido ou em vias de resolução, também já atinge os militares do activo.

A "O Sargento" chegou o relato dum caso que comprova inequivocamente, pela sua gravidade, o que as APM têm denunciado.

A 28 de Outubro um Sargento-ajudante, no activo, colocado na EPT, entrou de urgência no Hospital Militar Regional 1 (HMR1), no Porto, com problemas cardíacos.

O percurso degradante e perigoso a que foi sujeito descreve-se nos passos:

- Esteve internado no HMR1 durante um período de estabilização e foi depois enviado para um hospital civil a fim de ser operado (Hospital Santos Silva (HS Silva)– VN Gaia), em virtude do hospital militar não ter possibilidades de efectuar essa operação;

- Na consulta de cardiologia foi informado que deveria ser portador de um termo de responsabilidade (tipo P1), no qual o HMR1 se responsabilizaria pelas despesas inerentes à operação e posteriores tratamentos;

- Como não lhe tinham entregue nada disso, deslocou-se ao HMR1 e falou com o médico cardiologista que o assistiu e que lhe disse que não passava o termo de responsabilidade em virtude daquele hospital militar não ter verbas disponíveis;

- Voltou ao HSSilva onde lhe foi dito que não avançavam enquanto não houvesse um termo de responsabilidade;

- A 12 de Novembro voltou ao seu hospital e a falar com o seu cardiologista que lhe marcou uma "audiência" com o subdirector do HMR1 para 17NOV2008 – semanas após ter dado entrada com graves problemas cardíacos;

- Na sequência desta audiência e por in-

fluência directa do Subdirector do HM R1, é-lhe marcada uma consulta no hospital civil da sua área de residência, dia 9 de Dezembro, no caso o Hospital Pedro Hispano, como se de um mero utente do Serviço Nacional de Saúde se tratasse.

É de referir que o militar do activo está medicado e que a sua situação é grave, mesmo grave; para além de no HSSilva estar já indicado para intervenção cirúrgica com alguma urgência, só para se ter uma ideia, ele entrou e foi internado para estabilização no HMR1 com pulsações de perto de 190 por minuto e só passado um dia de medicação é que voltou à frequência cardíaca "normal", que continua a tomar para não subirem para os valores iniciais.

Outro caso ilustrativo de que a capacidade já não é suficiente para os militares do activo, quanto mais sobrar para o pessoal nas situações de reserva e reforma e as nossas famílias como estipula a Lei de Bases Gerais da Condição Militar, verifica-se com o pessoal do activo a prestar serviço nas regiões autónomas, onde praticamente não há convenções nem protocolos com a ADM.

Na Região Autónoma da Madeira, existe uma avença com um estomatologista e um ortopedista para, duas vezes por semana, darem alguma assistência aos recrutas daquela Região – ficam excluídos os militares do activo que têm de custear do seu bolso toda a sua assistência e das suas famílias, sendo ressarcidos na parte participada pela ADM quando forem.

O mesmo se verifica com os camaradas nas unidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

É inadmissível que situações destas estejam a ocorrer com militares do QP no activo, dando para imaginar o que será que o Governo tem em mente quando decide em Conselho de Ministros que para o pessoal nas situações de reserva e reforma e as famílias de todos serão assistidos com a capacidade sobran-
te do pessoal operacional.

Exemplos esclarecedores estes! ▲

Carta a Vital Moreira

Exmo. Senhor

Dr. Vital Moreira

Sou António Lima Coelho, Sargento-Ajudante das Forças Armadas, servindo na Força Aérea Portuguesa há mais de trinta anos, com orgulho, lealdade e frontalidade, características que devem sempre ser apanágio de militar que se preze de o ser!

Sou, desde 2000, por eleição livre, presidente da Direcção da Associação Nacional de Sargentos, associação que congrega Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, e que defende os seus interesses à luz da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, lei aprovada por unanimidade na Assembleia da República, que reconhece o direito ao associativismo profissional dos militares e confere direitos às associações legalmente constituídas que os sucessivos governos e os seus arautos, mais ou menos oficiosos, reiteradamente tardam em respeitar.

Sou, também, desde 2006, por eleição igualmente livre, membro da Direcção da EUROMIL - Organização Europeia de Associações Militares que representa 34 associações e sindicatos militares de 25 países, num universo próximo dos 500.000 cidadãos militares e seus dependentes.

Apesar destes cargos que procuro desempenhar de acordo com confiança que os camaradas militares em mim depositaram quando decidiram mandatá-los através do voto, é também na minha qualidade de cidadão, pai de família e cumpridor das minhas obrigações sociais e fiscais, que estou a tomar a liberdade de lhe tomar um pouco do seu tempo para lhe enviar o documento que anexo.

E faço-o porque não posso calar a indignação que me causou o seu artigo no jornal "Público", sob o título "Manobras Militares".

A insistência na manipulação da verdade, denegrindo a imagem dos militares com a estafada e falaciosa argumentação dos "privilégios" é grave quando lançada ao vento por uma qualquer fonte menos informada ou manipulada como caixa de ressonância de um qualquer alegado poder. Mais grave se torna quando é originada por alguém que detém informação, conhecimentos e responsabilidade suficientes para não se permitir ser apenas mais um a "lançar lenha para a fogueira".

Os militares deste País, que lhe permitiram que escreva como escreve em liberdade, os militares deste País que são o garante da soberania nacional, os militares deste País que continuam a garantir que os demais cidadãos (onde V.Ex.ª também se integra) continuem a usufruir de um Estado de Direito Democrático, mesmo que para tanto tenham de dar as suas vidas na defesa destes princípios, não merecem de V.Ex.ª o escrito que elaborou. Foi um mau serviço de informação ao público! Foi um mau serviço prestado a Portugal, por parte de alguém que tem responsabilidades acrescidas face às funções que desempenhou e desempenha.

Nesse sentido lhe envio o documento em anexo.

Para que, com a humildade própria de um cidadão que tem a consciência de querer ajudar a construir uma sociedade mais justa, para amanhã mais humanos, lhe possa permitir um acto de consciência, emendando a mão, se assim o entender e, face à liberdade de espaço de que goza na comunicação social, tenha a coragem de corrigir a imagem que tanto distorceu com o artigo acima referido.

Os militares do seu País, aqueles que também por si, Sr. Dr. Vital Moreira, estão dispostos a dar a vida, esperam este acto de coragem. Esperam-no e merecem-no!

Afirmo também deste modo a minha total disponibilidade para quaisquer esclarecimentos que V.Ex.ª entenda por bem solicitar.

Orgulhosamente servindo o meu País, lhe apresento em nome do colectivo que procuro representar, os melhores cumprimentos

António Lima Coelho

Presidente da Direcção da ANS

Sargento-Ajudante das Forças Armadas ▲

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a **SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda.**, para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o **desconto de 30%**.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

- **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059

- **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

- **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

Pneus, peças e acessórios

- Protocolo entre a ANS e a **GraciAuto**, para a venda de **peças e acessórios para automóveis**, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de **30%**, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A **Entroncamento**
Tel: 249 725 649. ●

Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de **0,03 € por litro de qualquer combustível** é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "*Cepsa Team*". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de **20% em lubrificantes**, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPSA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "**Proposta de Adesão**" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPSA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solici-

tá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

Medicina dentária

- Protocolo entre a ANS e a **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, em **Queijas**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias, Ortodôncia e outras especialidades. incluindo Análises Clínicas.

Aberto das 8H às 20H, de Segunda a Sexta; Sábado das 10H às 20H (almoço 12H – 14H).

Rua Prof. Noronha Feio, 12-A

Rua João XXI, n.º 9, 1.º Drt.

Tel. 214 160 672 / 919 469 529

E-mail: lubilubidente@yahoo.com.br

http://www.pai.pt/search/lubidente.html ●

Aluguer de viaturas

Na **Guérin** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido. Localização (entre outras localidades): Braga, Porto,

Informa-te junto da ANS

Aveiro, Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Leiria, Lisboa, Cascais, Setúbal, Évora, Beja, Albufeira, Portimão, Faro, Lagos, Vilamoura, e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal (informa-te na ANS). ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "**O Acorde, Lda.**", na Rua do Frago, 4, em **Évora**, que pratica um desconto em todas as marcas de instrumentos de sopro de 26% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Esta firma ter uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde

onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 11% de desconto.

Cursos de Mergulho

Protocolo entre a ANS e HALIOTIS, com condições especiais para sócios da ANS (ver www.haliotis.pt). ● ▲

31 DE JANEIRO - DIA NACIONAL DO SARGENTO

Comemorar em Defesa dos nossos Direitos

"(...) Se Portugal se resignasse a estas circunstâncias: se aceitasse definitivamente este modo-de-sêr; se, n'um esquecimento, n'um alheamento mórbido, n'uma ausência epilectica, não chegasse a compreender jamais o 31 de Janeiro e se não correspondesse ao esforço, heróico a vario titulo, dos audaciosos que o promoveram e realizaram, Portugal estaria inteiramente perdido, como naufrago tão empapado da morte que nem forças tivesse para apertar a mão que lhe estendessem anciosamente.

Os emigrados de Madrid não o julgam, porém: e seriam responsáveis de ingratidão para com o seu paiz se um instante o julgassem..."

Extracto do Manifesto dos Emigrados em Madrid, de 12 de Abril de 1891

Aproxima-se a data gloriosa do 31 de Janeiro, há muito assumida pelos Sargentos de Portugal como o seu dia nacional. A ANS vai promover as comemorações desta data, como é habitual, em todo o País, Continente e Ilhas, e desde já incentiva os seus delegados nos diferentes núcleos a organizarem e a mobilizarem os Sargentos de Portugal para participarem nas diferentes iniciativas que se irão realizar.

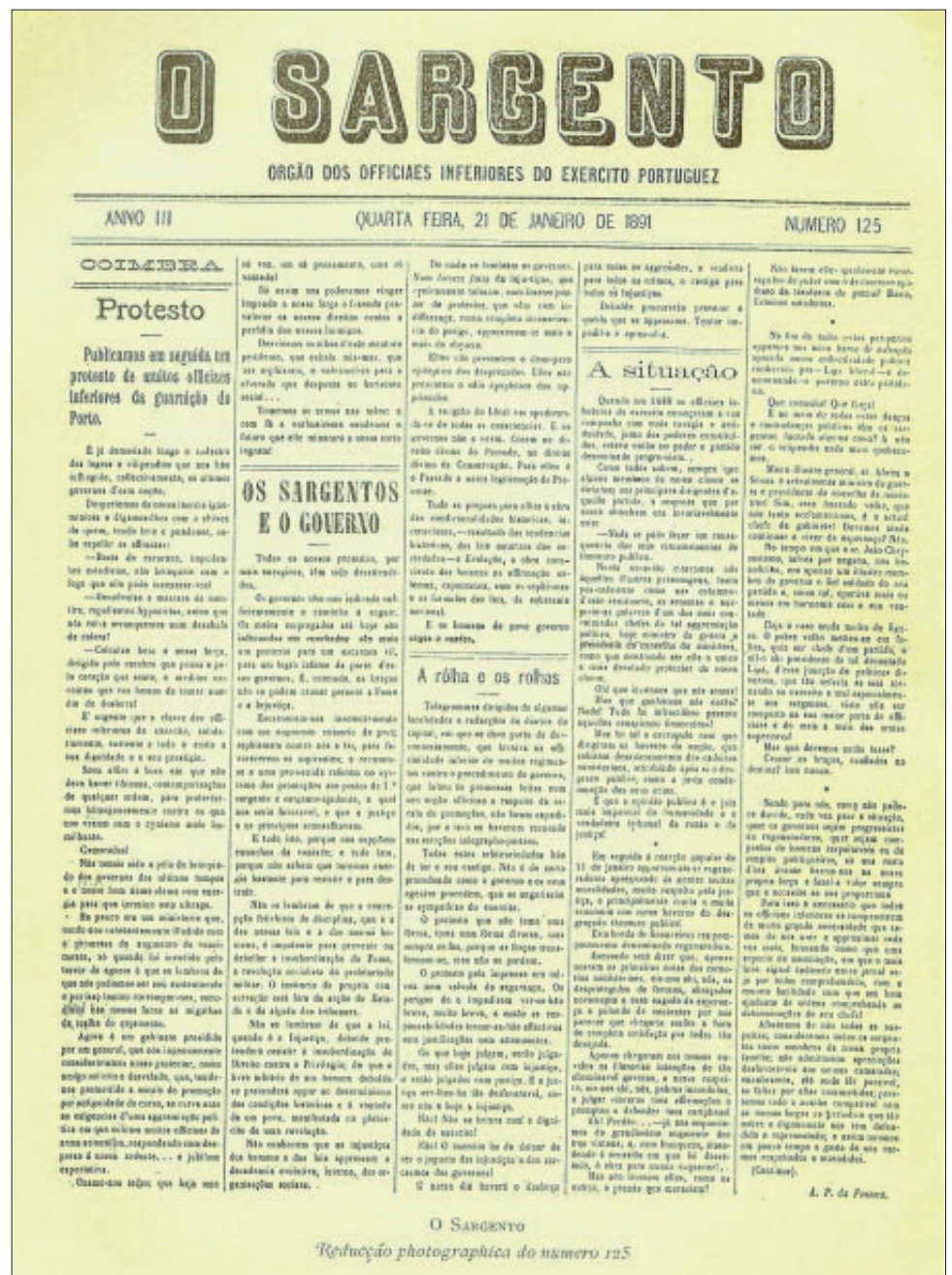
As comemorações irão decorrer num clima de enorme insatisfação, mal-estar e incerteza quanto ao nosso futuro, provocado pelo continuado ataque aos nossos direitos desferido pelo Governo através do mais cruel e injusto ataque, jamais perpetrado contra a Condição Militar.

Ataque que se consubstancia nas áreas da Saúde, Assistência na doença, no estrangulamento das Carreiras, no Incumprimento de dezenas de Diplomas Legislativos – Gerador de uma dívida para com a Família Militar de mais de 1.000 Milhões de Euros -, na Sub orçamentação das verbas para as Forças Armadas e nos negros objectivos que pairam sobre a revisão do Sistema Remuneratório.

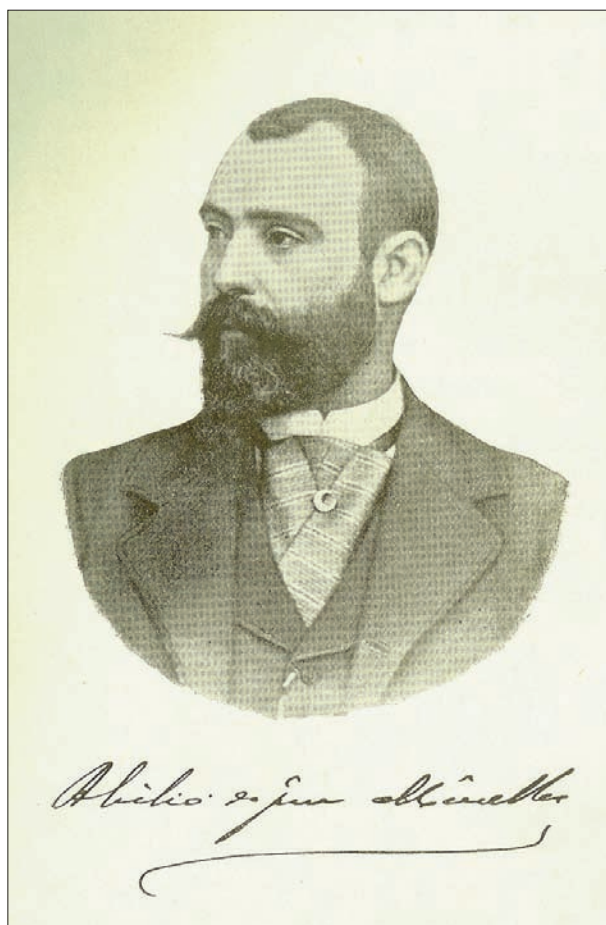
Os Sargentos de Portugal não se resignam a este estado de coisas, por isso têm vindo a lutar com determinação, empenhamento, mas simultaneamente com grande responsabilidade, coerência, disciplina e unidade. Assim vamos continuar, transformando estas comemorações num momento alto da defesa dos nossos Direitos, da Condição Militar, das Forças Armadas e de Portugal.

Avancemos pois, para a sua organização, mobilizemo-nos para participarmos, honrando a Memória dos Heróis do 31 de Janeiro de 1891.

Não nos resignamos, por isso nos manteremos firmes e unidos até que a Lei se Cumpra! ▲



Redução photographica do numero 125



1.º Sargento Abílio (1894)

Diálogo sublime e decisivo

Na manhã de 31 de Janeiro, no quartel de Caçadores n.º 9, as companhias formam na parada interior sob o comando dos Sargentos.

Com o Regimento formado, o 1.º Sargento Abílio solta o primeiro grito de – VIVA A REPÚBLICA! – que é vivamente repetido por todos os soldados num clamor imenso.

O Coronel Malheiro e o Ajudante do regimento são os únicos oficiais que comparecem na parada, procurando demover o regimento a prosseguir no caminho da Revolta, tendo-se, então, travado um diálogo sublime e decisivo:

COR Malheiro – "Também você, Abílio?"

SARG. Abílio – preso em grande comoção – "V. Exa. dar-nos-ia grande prazer se viesse comandar o regimento."

COR Malheiro – "Isso não!"

SARG. Abílio – "Nesse caso, V. Exa. fica e nós saímos!"

E assim aconteceu, perante um comandante comovido, por o regimento ter saído sem a sua licença. ▲